ZH ZERO HORA

Publicado em 07/12/2022 - 05:54

CCJ aprova PEC com liberação de R$ 168 bilhões em 2023 e 2024

CCJ do Senado aprova PEC que amplia teto de gastos até 2024

Impacto anual é de R$ 168 bi e governo eleito terá de enviar novo arcabouço fiscal. Plenário da Casa deve votar texto hoje

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. O texto amplia em R$ 145 bilhões o teto de gastos (regra que limita o crescimento das despesas do governo à variação da inflação) por dois anos para pagar o Bolsa Família, entre outras despesas. Após sessão tumultuada por tentativas de obstrução da futura oposição, um acordo sobre o valor foi fechado, possibilitando a votação, que ocorreu de forma simbólica – os senadores Esperidião Amin (PP-SC) e Eduardo Girão (Podemos-CE) manifestaram votos contrários.

Além disso, o parecer do senador Alexandre Silveira (PSD-MG) deixa fora do teto de gastos até 6,5% de receitas extraordinárias já neste ano, o que pode chegar a R$ 23 bilhões e abre brecha para desbloquear as emendas do orçamento secreto ainda em 2022 e ajudar o governo Jair Bolsonaro a honrar contas de final de mandato. O impacto total da PEC nas contas públicas, portanto, é estimado em R$ 168 bilhões.

O texto final também prevê que o novo governo envie ao Congresso até 31 de agosto de 2023 projeto de lei complementar com a proposta de substituição do teto de gastos por um novo arcabouço fiscal. O relatório inicial previa a apresentação da proposta até o fim do ano.

PEDRO FRANÇA, AGÊNCIA SENADO

Houve tentativas de obstrução durante a apreciação do texto na comissão

Divergências

A PEC segue para o plenário do Senado, com apreciação marcada para hoje. A aprovação depende do aval de pelo menos 49 dos 81 senadores (três quintos da Casa), em dois turnos. Depois, ainda terá de ser apreciado na Câmara dos Deputados, também em dois turnos.

O tamanho do impacto fiscal da PEC gerou divergências desde que o governo eleito começou a negociar o texto, há mais de um mês. Mesmo assim, Silveira apresentou seu relatório inicial com o montante de R$ 175 bilhões, o que gerou reação amplamente negativa entre os integrantes da CCJ. A sessão precisou ser suspensa por cerca de duas horas para negociações.

Foi necessário que interlocutores do novo governo próximos ao presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, como o senador Jaques Wagner (BA) e o senador eleito Wellington Dias (PI), entrassem em campo para acalmar os ânimos e evitar o adiamento da sessão ou a convocação de audiência pública, o que poderia inviabilizar a análise da proposta neste ano.

Oposicionistas insistiam numa redução de R$ 50 bilhões na elevação do teto, mas, no fim, houve consenso para meio-termo, de R$ 30 bilhões – Wagner disse ter conversado com Lula no intervalo da sessão para acertar o valor. O PT vinha insistindo em elevar o teto em R$ 175 bilhões para abrir espaço no orçamento de 2023 e viabilizar, além do financiamento do Bolsa Família, o cumprimento de outras promessas eleitorais.

Para assegurar a aprovação da PEC, Silveira acatou uma série de emendas, entre elas, uma que garante o pagamento do vale-gás a famílias de baixa renda em 2023 sem necessidade de compensação fiscal. Outras retiram uma série de despesas do teto de gastos, como despesas das instituições federais de ensino e da Fundação Oswaldo Cruz custeadas por receitas próprias, de doações ou de convênios celebrados com demais entes da federação ou entidades privadas.

O texto aprovado também amplia o poder do Congresso sobre a alocação de recursos no orçamento do ano que vem ao permitir que as comissões permanentes solicitem ao relator-geral do orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), a destinação de recursos que ficarão livres na Lei Orçamentária Anual (LOA). Na versão da proposta protocolada por Castro, essa prerrogativa estava restrita à equipe de transição.

– A perspectiva de elevação dos gastos *(públicos)* em 2023 para sustentar a demanda das famílias gerará mais inflação. Caso esses riscos se materializem, o único remédio para combater a inflação será elevar os juros, levando a uma expansão menor da economia. Esse cenário ainda não é certo, *(mas)* a probabilidade existe. Precisamos de mais clareza e diretrizes sobre os rumos da economia em 2023 – aponta Gustavo Sung, economista-chefe da Suno Research.

– O quadro que se desenha com a aprovação do projeto, mesmo que desidratado, torna cada vez mais importante a discussão sobre nova regra fiscal – acrescentou.

Cenário

Em relatório, o economista Tiago Sbardelotto, da XP, se mostrou cauteloso sobre a PEC da Transição. Em sua avaliação, as mudanças aprovadas na CCJ são avanços, mas não altera a perspectiva de cenário fiscal desafiador nos próximo anos.

"Expansão dos gastos tende a ser permanente. Embora a proposta coloque prazo de dois anos para a elevação do teto de gastos, é certo que não há possibilidade de redução de despesas com Bolsa-família a partir de 2025 (nem com outras despesas). Portanto, permanece em aberto como será financiada a expansão de gastos nos próximos anos. Enquanto essa equação não for solucionada, nossa expectativa é de um cenário mais turbulento, com possível manutenção de taxas de juros em patamar mais elevado por um período mais longo e um crescimento da atividade econômica potencialmente menor", argumenta.

Em entrevista, o coordenador dos grupos técnicos da equipe de transição, Aloizio Mercadante, disse que espera que o Congresso tenha "sensibilidade":

– Estamos mostrando o que o Brasil está vivendo, espero que o Congresso tenha sensibilidade. De onde você cortaria recursos? Do livro didático? Da bolsa de estudos dos alunos da residência médica? Dos alunos? Das bolsas? Você cortaria o recurso da manutenção das universidades que estão paradas? Ou vamos cortar ainda mais merenda escolar?

Mercadante apontou que o valor definido está próximo ao que a gestão atual teve de extrateto em 2022. Ainda, que será necessário ter um novo arcabouço fiscal, mas que há responsabilidade em ter recursos para outras áreas, como saúde, educação e para o combate à fome, acrescentou:

– Evidente que tem de ter novo arcabouço fiscal, que dê projeção de estabilização da relação dívida-PIB, que é um indicador fundamental, que ajuda a baixar juros futuros, melhora crédito, recupera economia. Temos de ter responsabilidade fiscal, mas há uma responsabilidade educacional, na saúde, na alimentação, no combate à fome, que é inadiável e inegociável para um governo que tem a cara do presidente Lula.

Principais mudanças

Como ficou o texto aprovado na CCJ do Senado

ALTA NO TETO DE GASTOS

• Ficou definido o aumento do teto de gastos em R$ 145 bilhões. A proposta original retirava as despesas relacionadas ao Auxílio Brasil do teto de gastos. O relator na comissão tentou, inicialmente, manter o valor de R$ 175 bilhões, correspondente à projeção de gastos com o programa. O objetivo da medida é assegurar recursos para bancar o Auxílio Brasil (que voltará a se chamar Bolsa Família), no valor de R$ 600 por mês e desembolsar parcela adicional de R$ 150 para cada criança de até seis anos na família.

PRAZO DE DOIS ANOS

• O governo eleito defendia o período de quatro anos – ou seja, por todo o mandato – para as despesas extras. Mas, diante da resistência no Congresso, aceitou reduzir pela metade – em 2023 e 2024. Há um grupo de senadores que ainda tenta diminuir esse prazo para um ano.

FORA DO TETO DE GASTOS

• Poderão ser desembolsados até 6,5% de receitas extraordinárias fora do teto de gastos em cada ano, inclusive em 2022. Essas receitas estão restritas aos valores relativos a 2021 corrigidos, que são de cerca de R$ 23 bilhões.

NOVO REGIME FISCAL

• Pelo texto aprovado, o governo eleito terá de apresentar, até agosto, projeto de lei complementar com objetivo de instituir novo arcabouço fiscal "sustentável". A partir da aprovação dessa lei, os artigos relativos ao atual teto de gastos seriam revogados.

• O então presidente Michel Temer, ao conseguir aprovar o teto de gastos, já tinha contratado uma reforma para depois de 10 anos por meio de lei complementar. Emenda, aprovada em 2016 previu a reforma da regra em 2026 por meio de lei complementar, sem precisar mexer na Constituição.

• Mas esse comando foi retirado na votação da PEC dos Precatórios, em 2021, sob o argumento de que a reforma já estava feita. Nesta PEC, os parlamentares, de maneira casuística, mudaram a forma de correção do IPCA no limite do teto para abrir mais espaço para gastos em 2022, ano de eleições. Uma mudança classificada de "puxadinho" para ampliar o orçamento em 2022.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Contas Públicas **Pagina:** 7

Copyright © Clipclap 2025.